



**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**Expeça - se**

**Publique - se**

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. mo Sr.º Presidente da Assembleia da República**

Por ocasião do 30.º aniversário da integração europeia de Portugal, o Governo lançou a iniciativa de organizar um ciclo de debates dedicados a várias áreas de governação, nas quais as políticas europeias têm prestado um contributo inestimável no desenvolvimento e modernização do país.

O CDS-PP reconhece nesta iniciativa oportunidade e atualidade; contudo, estranha que de todos os temas que integram o ciclo de debates, não haja nenhum dedicado aos assuntos sociais, designadamente ao emprego, à qualificação, inclusão ou coesão social. É sabido, de resto, que estas são matérias que se inscrevem no modelo social europeu.

Deparamo-nos com enormes desafios que continuam a pôr em causa a sustentabilidade a prazo da Europa Social. Melhorar as possibilidades de emprego, garantir a formação e capacitação humana e contribuir não só para a redução de desigualdades e assimetrias sociais e regionais como também para um aumento do nível de vida dos europeus, representam uns dos maiores desafios com os quais estamos confrontados. Foi, aliás, neste contexto que o anterior Governo apresentou um programa operacional, integrado no Quadro Portugal 2020, o instrumento essencial de apoio ao desenvolvimento do país e à correção daquelas assimetrias que ainda persistem, direcionado precisamente para a inclusão social e o emprego.

A semana passada, a Comissão Europeia responsável pelo Emprego e os Assuntos Sociais apresentou o “Relatório sobre a evolução do emprego e da situação social na Europa” relativo ao ano de 2015, o qual expôs uma análise anual das mais recentes tendências em termos sociais e de emprego e reflete sobre os desafios futuros e as respostas políticas possíveis. Apesar de apresentar uma evolução positiva do emprego e da situação social na UE, as disparidades entre os Estados-Membros em termos de crescimento económico, emprego e outros indicadores sociais e do mercado de trabalho continuam a registar níveis acentuados.

Apesar da execução de muitas políticas essenciais sobre o mercado de trabalho, prestações sociais, incentivos fiscais ou custos de trabalho, entre outras, serem definidas ao nível nacional,

as políticas europeias repercutem-se nas políticas sociais levadas a cabo pelos Estados-Membros, facilitando a sua execução através da adoção de medidas e de práticas comuns e contribuindo de forma decisiva para a sua convergência.

Não é por isso compreensível que o Governo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, exclua as questões sociais de um ciclo abrangente de debates sobre as mais diversas áreas da governação, que merecem ser contextualizadas e enquadradas no quadro europeu.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O(a)s Deputado(a)s do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1. Em que critérios fundamentou, Vossa Excelência, a definição dos temas selecionados para o ciclo de debates em comemoração dos 30 anos da integração europeia de Portugal?
2. Considera, Vossa Excelência, razoável excluir uma matéria tão relevante como o emprego, a inclusão, qualificação e coesão social, de um ciclo tão abrangente de debates?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 27 de Janeiro de 2016

Deputado(a)s

PEDRO MOTA SOARES(CDS-PP)

NUNO MAGALHÃES(CDS-PP)

FILIPPE LOBO D' ÁVILA(CDS-PP)

ANTÓNIO CARLOS MONTEIRO(CDS-PP)

JOÃO REBELO(CDS-PP)

JOÃO PINHO DE ALMEIDA(CDS-PP)

VÂNIA DIAS DA SILVA(CDS-PP)